

Tradição da Semana da Pátria pára Congresso

*6 SET 1989

A Câmara dos Deputados foi realista quando suspendeu a ordem do dia e as votações durante a Semana da Pátria, tradicionalmente vazia por causa do feriado de 7 de setembro. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), revelou-se teimoso quando colocou na pauta de votações no Congresso Nacional quatro vetos presidenciais, justamente o tipo de proposição que requer presença qualificada de metade mais um de cada casa, ou seja 249 deputados e 38 senadores.

Com isso, ontem não houve quorum nem mesmo para discussão das matérias e hoje a situação deverá permanecer a mesma. Como vetos presidenciais têm prioridade absoluta na votação, eles permanecerão obstruindo a pauta até serem apreciados; com sorte, durante a semana próxima. O primeiro se refere à política salarial do servidor público que o Congresso aprovou e o Presidente vetou totalmente, enviando em seu lugar a medida provisória 74 que **caducou** e foi substituída pela 82.

O segundo veto, também total se refere ao projeto de lei que estipula prazo de seis meses para que ministros, secretários de estado, presidentes e diretores de órgãos da

administração direta e indireta, se afastem de seus cargos para concorrerem a postos eletivos. A pauta inclui ainda dois vetos parciais aos projetos de estabilidade econômica conhecidos como Plano Verão, e de criação da BTN fiscal.

Enquanto os vetos não forem votados, ficarão suspensas as apreciações de 5 medidas provisórias, de números 79 e 83, bem como de 24 projetos de abertura de créditos adicionais para ministérios e órgãos públicos, e até mesmo 180 milhões de cruzados para a realização das eleições presidenciais, proposição que integra uma das mensagens do Executivo para créditos suplementares.

A medida provisória 79, com prazo até 15 de setembro, elimina os controles prévios na exportação de açúcar, álcool e melaço, liberalizando a ação dos exportadores do setor. A de número 80 põe à venda mais de 10.500 imóveis funcionais ocupados por funcionários públicos e a 81 extingue 12 mil cargos vagos no serviço público. A medida 82 trata, novamente, da política salarial do servidor público e ficará sem efeito se o Congresso derubar o veto presidencial ao projeto oriundo do próprio Congresso.

MARCOS HENRIQUE



Carneiro: teimosia no veto